

Senador defende rigor contra a "boca de urna"

O relator do projeto que dispõe sobre as eleições municipais, senador José Fogaça (PMDB-RS), anunciou ontem que examinará medidas mais rigorosas do que as estabelecidas pelo Código Eleitoral para colir a boca de urna. Disse que viu os efeitos danosos desta prática nas eleições de 1985, e observou que "recentemente houve quase uma profissionalização desses grupos, criando situações de embaraço e às vezes de violência, que perturbam a paz e a legitimidade das eleições, principalmente nas localidades mais afastadas". Um substitutivo, ao projeto já aprovado na Câmara deverá ser votado na próxima quarta-feira, e manterá eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores — norma que será revogada posteriormente em regime de urgência caso a Constituinte não confirme tal processo de votação.

Ontem pela manhã, as lideranças partidárias no Senado voltaram a discutir o projeto, e apresentaram suas propostas de alteração. Os senadores pretendem suprimir o artigo que permite a dissolução do diretório municipal pelo órgão regional. Querem também modificar artigo que considera nulos os atos que, no período entre os nove meses anteriores à data da eleição e o término do mandato do prefeito, importarem em demitir, dispensar, transferir, suprimir vantagens de qualquer espécie ou exonerar servidores ex-officio. As hipóteses de alteração, segundo Fogaça, são a redução da nulidade para o âmbito municipal ou a fixação do prazo a partir da promulgação da lei. Há também a possibilidade de revogação desta parte do texto.

Quanto à propaganda eleitoral, o relator prefere não mexer, pois em conversa com os líderes na Câmara soube que a matéria foi objeto de um acordo muito complexo, "montado arduamente". Mas ele admite modificações para impedir o acesso de partidos sem representação no Congresso à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

— A Câmara pode até estar querendo que a gente tire esta questão.

Indagado sobre se não haveria conflito entre o Senado e a Câmara diante das objeções feitas pelos senadores ao projeto aprovado pelos deputados, Fogaça inauou que os líde-

res na Câmara, na pressa de fazer o acordo, podem ter adotado "algumas distorções esperando que depois o Senado as corrigisse".

Na nova redação, os senadores deverão incluir o prazo de desincompatibilização — 10 de julho, como o da filiação partidária. Está em discussão também a questão dos novos municípios e PFI, e contrário à previsão de que serão realizadas eleições nos municípios que tenham sido criados dentro dos prazos previstos pelas legislações estaduais. Será estudada, assim, a possibilidade de um prazo-padrão para todo o País.

Uma proposta que é bem aceita, mas não obtém a unanimidade, é a do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) que permite a participação dos membros dos diretórios zonais na convenção destinada à escolha dos candidatos a prefeito e a vereador. O atual texto permite que votem apenas os delegados zonais à convenção regional.

Na reunião, ontem, de acordo com relato do líder do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), o PFI, fez objeção à eleição em dois turnos e o PSB solicitou a exclusão do dispositivo que não estabelece limite de participação de cada partido em uma coligação. O líder do PDS, Jarbas Passarinho (PA), não participou do encontro, mas disse ao líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), que é contrário à possibilidade de disputarem o pleito os partidos que tiverem entre seus fundadores membros do Congresso Nacional representantes de no mínimo cinco estados.

— A é banalizar demais — sustenta Passarinho, já temos trinta e tantos partidos, vamos ter noventa.

Na próxima terça-feira, as lideranças no Senado voltam a se reunir para uma avaliação final. O presidente do PFI, senador Marco Maciel (PE), e o ex-líder, Carlos Chiarelli (RS), defendem a votação da matéria somente depois que a Constituinte aprecie as emendas relativas às eleições municipais — como as de prorrogação de mandatos — acopladas ao artigo sobre o mandato do presidente José Sarney. Argumentam que assim a lei das eleições não ficará condicionada a nada. Mas Fogaça não vê necessidade de aguardar a decisão da Assembleia, e defende a apreciação do projeto na próxima quarta-feira.